



# *Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista*

CGC(MF) 65.711.954/0001-58

## LEI COMPLEMENTAR Nº. 009/93

De 17 de Novembro de 1993.

"Dispõe sobre higiene, segurança, ordem e bem estar coletivo, horário de funcionamento de estabelecimentos e dá outras providências".

CARLOS APARECIDO MARTINES ALVES, Prefeito do Município de Nova Canaã Paulista, Estado de São Paulo, usando das atribuições legais, etc.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Nova Canaã Paulista, Estado de São Paulo, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

### CAPÍTULO I

#### Da Higiene e da Utilização de Logradouros Públicos

##### SEÇÃO I

##### Das Condições de Limpeza e Drenagem

Artigo 1º) - Cabe à Administração Pública Municipal prestar, diretamente, ou indiretamente através de concessão, os serviços de limpeza dos logradouros públicos e de coleta de lixo domiciliar, comercial e industrial.

Parágrafo Único:- Para que o lixo seja coletado pelo serviço público, deverá estar acondicionado em recipientes de volume\* não superior a 100 (cem) litros, cujo recipiente seja saco de material impermeável e fechado.

Artigo 2º) - A Administração pública Municipal prestará\* coleta de lixo seletiva, na forma de aproveitamento reciclável, ficando autorizada a proceder sua regulamentação.

Artigo 3º) - A Prefeitura pode proceder a remoção de entulho, bem como de outros resíduos sólidos que ultrapassem volume de 100 (cem) litros, em dia e horário previamente estipulados, mediante pagamento de preço fixado pelo Executivo.

Parágrafo Único - A Prefeitura poderá, a seu critério \*



# *Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista*

CGC(MF) 65.711.954/0001-58

-Fls.2-

local de destinação dos resíduos, cabendo ao munícipe interessado \* todas as providências com a remoção e respectivo custeio.

Artigo 4º) - A limpeza do passeio fronteiro à edificaçõe  
es é de responsabilidade de seus ocupantes, a qualquer título.

Artigo 5º) - É proibido varrer lixo ou detritos sólidos \* de qualquer natureza para bocas-de-lobo de logradouros públicos.

Artigo 6º) - É proibido danificar, assorear ou obstruir \* com lixo, terra, detritos ou quaisquer outros materiais, cursos d'á  
gua de qualquer tipo, tais como: rios, córregos, canais, galerias ,  
valetões, valetas e sarjetas.

Artigo 7º) - Para preservar a higiene pública é proibido:

I - Deixar escoar águas servidas das edifica  
ções para logradouros públicos;

II - Transportar, sem as precauções devidas, \* quaisquer materiais que possam comprometer o passeio das vias públi  
cas;

III - Atirar ou despejar em logradouros públi-\*  
cos a varredura do interior das edificações ou dos terrenos, bem co  
mo papéis ou quaisquer outros detritos.

Artigo 8º) - A execução de argamassa em logradouros públi  
cos só poderá ser autorizada em caráter excepcional e desde que a  
mistura seja feita em caixa estanque, de forma a evitar o contato \*  
da argamassa com o pavimento.

Artigo 9º) - O estacionamento em via pública de veículo de  
qualquer natureza e situação, por mais de quarenta e cinco dias i-  
ninterruptos, configura abandono do mesmo.

Artigo 10º) - O veículo abandonado será removido e encami  
nhado ao pátio do órgão competente.

## SEÇÃO II

### Das Condições de Trânsito

Artigo 11 - É proibido embarçar ou impedir, por qualquer  
meio, o livre trânsito de pedestre ou veículo na rua, praças, pas-\*





# *Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista*

CGC(MF) 65.711.954/0001-58

-Fls.3-

públicas ou quando exigências policiais o determinarem.

Parágrafo Único: - A administração pública fica autorizada a disciplinar, por Decreto, normas de construção dos logradouros públicos e dos edifícios de uso público, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiências.

Artigo 12 - Nos casos de carga e descarga de materiais, que não possa ser feita diretamente no interior dos lotes, será tolerada a descarga e permanência na via pública, com o mínimo de prejuízo ao trânsito de pedestre ou veículos, por tem o não superior a 01 (uma) hora e no horário estabelecido pela Prefeitura.

Parágrafo Único - Nos casos previstos neste artigo, os responsáveis pelos materiais depositados na via pública deverão advertir os veículos, a distância conveniente, da existência de obstáculos ao livre trânsito.

Artigo 13 - É expressamente proibido danificar ou retirar sinais de trânsito colocados nas vias, praças, estradas ou caminhos públicos.

Artigo 14 - A Prefeitura poderá impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.

Artigo 15 - É proibido embaraçar o trânsito de pedestre e especificadamente:-

I - transportar, pelos passeios, volume de grande porte;

II - dirigir ou conduzir, pelos passeios, veículos de qualquer espécie, exceto carrinhos de crianças, carrinhos de feira, cadeiras de rodas de enfermos e, em ruas de pequeno movimento, triciclos e bicicletas de uso infantil.

III - ocupar qualquer parte do passeio, fora dos tapumes, com materiais de construção.

IV - colocar suportes fixos para lixo domiciliar de forma a embaraçar a circulação de pedestres.

Artigo 16 - Bares e congêneres poderão colocar cadeiras





# *Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista*

CGC(MF) 65.711.954/0001-58

-Fls 4-

e mesas na calçada, desde que autorizados pela Prefeitura.

Parágrafo Único - Para que possa ser autorizada a colocação de mesas e cadeiras em calçadas de logradouros públicos, deverá ser preservada uma faixa desimpedida de largura não inferior a 1,00 (um) metro para circulação de pedestres.

Artigo 17 - Coretos ou palanques provisórios para comícios políticos e festividades cívicas, religiosas ou de caráter popular, poderão ser armados nos logradouros públicos, desde que seja\* solicitada à Prefeitura a aprovação de sua localização.

Parágrafo Primeiro - As estruturas deverão ser removidas\* no prazo de 12 (doze) horas a contar do encerramento do evento.

Parágrafo Segundo - Coretos e palanques deverão ser localizados de forma a não prejudicarem a pavimentação nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelo \* evento a indenização por estragos eventuais.

## SEÇÃO III

### Das Estradas Municipais Rurais

Artigo 18- Para efeito desta Lei, são considerados estradas municipais rurais as estradas e caminhos que servem ao livre \* trânsito público e cujo leito é de propriedade da municipalidade,\* situadas em zona rural.

Parágrafo Único - Estão sujeitas às normas desta Lei Complementar as estradas principais ou troncos e as secundárias ou de ligação.

Artigo 19 - Nas curvas das estradas municipais rurais existentes em que as condições de visibilidade encontrarem-se prejudicadas por elementos localizados em terreno particular, o Executivo Municipal executará as obras necessárias à desobstrução sem nenhum ônus ao proprietário, que se obrigará a manter as condições \* de visibilidade da estrada.

Artigo 20 - É proibido aos proprietários de terrenos marginais ou a quaisquer outras pessoas, sob qualquer pretexto:





## Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista

CGC(MF) 65.711.954/0001-58

-Fls.5-

quer modo o livre trânsito nas estradas, sem autorização da Prefeitura;

II- destruir ou danificar o leito das vias, \*  
pontes, bueiros e canaletas de escoamento das águas pluviais, inclusive seu prolongamento fora das estradas;

III - abrir valetas, buracos ou escavações nos \*  
leitos das estradas;

IV - impedir ou modificar o escoamento de águas pluviais das estradas para o interior das propriedades lindeiras;

V - colocar mata-burros, porteiras ou quais- \*  
quer outros obstáculos que prejudiquem o livre fluxo de veículos, ou que dificultem os trabalhos de conservação nas estradas;

VI - permitir que as águas pluviais concentra-  
das nos imóveis rurais lindeiros atinjam a pista carroçável das vias públicas, seja por falta de valetas ou curvas de nível mal dimensionadas, seja por erosões existentes nos referidos imóveis.

Artigo 21 - Junto a estradas municipais cujas condições \*  
dificultem a drenagem na faixa de domínio da via, a Prefeitura poderá executar obras para conduzir águas pluviais e conter a erosão às margens das estradas, em áreas de propriedade privada.

Artigo 22 - É proibido aos proprietários de terrenos que  
divisam com estradas municipais erguer quaisquer tipos de obstáculos ou barreiras, tais como:- cercas de arame, postes, árvores e \*  
tapumes dentro da faixa de domínio da estrada.

Artigo 23 - A administração pública municipal poderá executar a conservação de estradas ou caminhos rurais particulares, \*  
desde que justificada a necessidade de apoio à produção agrícola e mediante recolhimento antecipado aos cofres públicos do valor dos serviços a executar.

Artigo 24 - É proibido, nas estradas da malha oficial do município, o transporte de qualquer material em forma de arrasto \*  
ou outra modalidade que danifique o leito das mesmas.





# *Direfeitura Municipal de Nova Canaã Paulista*

CGC(MF) 65.711.954/0001-58

-Fls.6-

## Das Medidas Referentes a Animais

Artigo 25 - Os animais só poderão transitar por logradouros públicos se acompanhados por pessoa responsável, cabendo ao dono compensar perdas e danos que o animal causar a terceiro.

Parágrafo Primeiro - A permanência de bovino, equino, asinino, ovino ou caprino é expressamente proibido na zona urbana, sendo tolerada na zona suburbana, confinante com a urbana, desde que os animais fiquem presos em terrenos totalmente cercados, e dotados de toda infra-estrutura necessária, tais como estábulos, baias, etc; construída mediante projeto técnico devidamente aprovado pelo Departamento de Obras e Serviços Municipais, ouvido o Setor de Saúde Pública, e cujas instalações serão mensalmente vistoriadas.

Parágrafo Segundo - É expressamente proibida a criação de suínos nas zonas urbana e suburbana.

Parágrafo Terceiro - Não será permitida a permanência de cães soltos nas vias públicas, e os criados em quintais deverão ser devidamente vacinados anualmente contra raiva.

Parágrafo Quarto - Qualquer outra espécie de animais, somente serão permitidos na área urbana mediante autorização da Prefeitura.

Parágrafo Quinto - A administração Municipal autorizará, mediante obediência às exigências de adequadas condições sanitárias e de acordo com a Secretaria da Agricultura, a exposição de animais para mostra ou comercialização, nos parques destinados à esta finalidade.

Artigo 26 - Os animais vadios encontrados em logradouros públicos, ou em permanência não autorizada nas zonas urbanas e suburbana, serão recolhidos ao depósito da municipalidade, que designará o local, regulamentando.

Artigo 27 - O animal recolhido em virtude do disposto nesta Seção, deverá ser retirado dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação ao dono, que será feita pessoalmente ou por edital, se este não for encontrado, mediante pagamento de ta





# *Diretoria Municipal de Nova Canaã Paulista*

CGC(MF) 65.711.954/0001-58

-Fls.7-

Parágrafo Primeiro - Os animais não retirados no prazo estipulado no Parágrafo anterior, serão sacrificados ou vendidos em hasta pública, a critério da Prefeitura.

Parágrafo Segundo - Ocorrendo a hipótese de venda em hasta pública, o produto arrecadado, deduzidas as despesas legais, ficará à disposição do dono do animal, ou seus herdeiros e sucessores, pelo prazo de 06 (seis) meses, findo os quais, os valores depositados reverterão ao patrimônio público.

Parágrafo Terceiro - O sacrifício de animais será feito preferencialmente aos doentes, por métodos não cruéis, tais como injeção de anestésico ou câmara de monóxido de carbono.

Artigo 28-- É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar animais ou praticar ato de crueldade contra os mesmos.

Artigo 29 - É expressamente proibido:-

I- Deixar animais mortos expostos a céu aberto na zona rural, devido à propagação de doenças, como Botulismo, Carbúnculo, Brucelose, etc...;

II- Jogar pequenos ou grandes animais nas vias públicas do Município, assim como, nas nascentes dos rios, córregos e açudes.

Artigo 30 - O proprietário rural poderá recorrer à Prefeitura para a escavação de valas para enterrar animais mortos, mediante o pagamento de uma taxa de serviço, fixada pelo Poder Executivo.

## SEÇÃO V

### Da Publicidade e das Atividades Ruidosas

Artigo 31 - Depende de licença da Prefeitura e do pagamento do tributo ou preço respectivo a exploração de meios de publicidade em logradouros públicos ou em locais que, embora de propriedade particular, sejam visíveis de logradouros públicos.

Parágrafo Único - A Prefeitura poderá isentar de licenciamento e tributação, mensagens e imagens bidimensionais, quando aplicadas sobre estruturas ou objetos de propriedade privada, tais\*





# *Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista*

CGC(MF) 65.711.954/0001-58

-Fls.8-

providas de estrutura própria de suporte.

Artigo 32 - O licenciamento de mensagens ou imagens que \*  
constituam elementos tridimensionais, ou aplicadas a estrutura pró-  
pria de suporte, só será concedida se houver profissional responsá-  
vel pela estabilidade e segurança da estrutura.

Artigo 33 - A instalação de anúncios ou letreiros lumino-  
sos intermitentes ou equipados com luzes ofuscantes, bem como a veí-  
culação de mensagens sonoras por meio de equipamentos amplificado-\*  
res de som, poderão ser proibidas pela Prefeitura em zonas defini-\*  
das por Lei Municipal como de uso estrita ou predominante residen-\*  
cial.

Artigo 34 - Não será permitida a colocação de anúncios ou  
cartazes quando:-

I - pela sua natureza provoquem aglomerações\*  
prejudiciais ao trânsito público;

II - diminuam a visibilidade de veículos em \*  
trânsito ou da sinalização de tráfego;

III - de alguma forma prejudiquem os aspectos \*  
paisagísticos da cidade, seus panoramas naturais, ou seu patrimônio  
artístico cultural;

IV - desfigurem bens de propriedade pública.

Artigo 35 - É expressamente proibido perturbar o sossego\*  
com ruídos ou sons excessivos.

Parágrafo Único - Vistorias para verificação da pertuba-\*  
ção poderão ser solicitadas à Prefeitura mediante carta assinada \*  
por mais de 10 (dez) por cento dos proprietários ou ocupantes das\*  
edificações situadas num círculo com 100 (cem) metros de raio e cen-  
tro no ponto de origem dos ruídos ou sons.

Artigo 36 - A veiculação de propaganda sonora em lugares  
públicos, por meio de amplificadores de som, alto-falantes fixos ou  
móveis, ou propagandista, está sujeita a licença prévia e a pagamen-  
to do respectivo tributo.

Parágrafo Primeiro - O horário permitido para tal propa-\*  
ganda é compreendido entre 17:00 e 19:00 horas.





# *Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista*

CGC(MF) 65.711.954/0001-58

-Fls.9-

Parágrafo Segundo - É expressamente proibida tal propaganda nos locais próximos a hospitais, casas de repouso para tratamento de saúde, pronto-socorro, estabelecimentos de ensino, bibliotecas, fórum, prefeitura municipal, câmara municipal, templos religiosos e edifícios públicos, a critério da Prefeitura.

## SEÇÃO VI

### Da Arborização

Artigo 37 - É proibido podar, cortar, danificar, derrubar, remover ou sacrificar árvores situadas em logradouros públicos, \* sendo este serviço de atribuição exclusiva da Prefeitura, obedecendo as disposições da legislação pertinente e, especificamente, do Código Florestal Brasileiro.

Parágrafo Único - Para que não seja prejudicada a arborização do logradouro, cada remoção de árvore importará no imediato\* plantio da mesma ou de nova árvore em ponto tão próximo quanto possível da antiga posição.

Artigo 38 - O plantio de mudas de árvores, bem como o replantio em passeio público, deverá ser distante da guia (meio fio) de no máximo 0,50 (cinquenta) centímetros, em alinhamento.e, em \* não existindo, em local determinado pela Prefeitura, de acordo com o local a ser executado àquela melhoria.

Parágrafo Primeiro - Para o fim deste artigo deverá ser \* muda de árvore própria de ornamento, de espécie aprovada pelo Setor de Desenvolvimento Urbanístico da Prefeitura.

Artigo 39 - O órgão competente da Prefeitura poderá fazer remoção ou sacrifício de árvores a pedido de particulares, desde \* que seja imprescindível.

Artigo 40 - Não é permitida a utilização de árvores situadas em logradouros públicos como suportes de cartazes, anúncios, \* cabos ou fios, ou de quaisquer objetos e instalações.

## CAPÍTULO II

### Das Atividades Comerciais, Industriais e de Serviços.

SEÇÃO I





# Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista

CGC(MF) 65.711.954/0001-58

-Fls.10-

## Do Funcionamento de Estabelecimentos

Artigo 41 - Os estabelecimentos, de comércio e serviços,\* no Município, abrirão entre 06:00 e 09:00 horas e fecharão entre \* 18:00 e 22:00 horas, nos dias úteis, observados os preceitos da legislação federal que regula o contrato de duração e as condições \* de trabalho.

Parágrafo Primeiro - A pedido do interessado, a Prefeitura permitirá o funcionamento e a abertura em horários especiais, \* inclusive aos domingos, feriados nacionais ou locais, nos estabelecimentos que:-

I - Manipulem gêneros perecíveis e de consumo diário;

II - manipulem bens cujo horário de distribuição seja determinado e matutino, tais como jornais;

III - prestem serviços essenciais, tais como \* transportes e comunicações, pronto-socorro médico ou dentário e segurança;

IV - tenham processo de produção que exige trabalho em vários turnos;

V - visem atender turismo de fim de semana.

Parágrafo Segundo - O Executivo Municipal poderá permitir o funcionamento em horário especial de outros tipos de estabelecimentos, desde que não causem incômodo à vizinhança, obedecida a legislação federal pertinente.

Artigo 42 - As farmácias poderão, em caso de urgência, atender ao público a qualquer hora do dia ou da noite.

Parágrafo Único - Para atendimento em dias feriados ou horário noturno serão estabelecidos plantões, devendo as farmácias,\* quando fechadas, afixar à porta uma placa com a indicação dos estabelecimentos análogos que estiverem de plantão.

## SEÇÃO II

### Dos Locais de Reunião

Artigo 43 - Para a realização de divertimentos e festejos





# *Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista*

CGC(MF) 65.711.954/0001-58

-Fls.11-

público, será obrigatória a licença prévia da Prefeitura.

Artigo 44 - Em todas as casas de espetáculos e diversões\* públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelas Leis Municipais pertinentes e Legislação Estadual:

I - as portas e os corredores para o exterior\* conservar-se-ão sempre livres de móveis ou quaisquer objetos que \*\* possam dificultar a saída rápida do público em caso de emergência;

II - durante os espetáculos as portas deverão \* permanecer abertas, vedadas apenas por cortinas;

III - acima de todas as portas haverá a inscri-\* ção SAÍDA, legível à distância e luminosa de forma suave, quando se apagarem as luzes da sala;

IV - deverá haver bebedouro de água filtrada;

V - os extintores de incêndio deverão ser mantidos em perfeito estado de funcionamento.

Parágrafo Único - Antes dos espetáculos será feita a leitura do Artigo anterior, esclarecendo o público.

Artigo 45 - Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos ou cedidos em número excedente à lotação da sala de espetáculo\* ou de reunião, estádio ou congênere.

Parágrafo Único - Não poderá ser permitida a permanência\* de expectadores nos corredores destinados à circulação, dentro das\* salas de espetáculos e congêneres.

Artigo 46 - É proibido fumar em recintos de uso coletivo, fechados, destinados a atividades que impliquem permanência obrigatória ou prolongada de grupos de pessoas, assim considerados, entre outros os seguintes locais:- elevadores, veículos de transporte coletivo, salas de espetáculos, museus, estabelecimentos de ensino, \* hospitais, pronto-socorro, lojas, salas de reuniões e conferências\* nas repartições públicas.

Parágrafo Primeiro - Nos locais onde não sejam permitido\* fumar deverão ser afixados avisos indicativos da proibição, com ampla visibilidade ao público.





# Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista

CGC(MF) 65.711.954/0001-58

-Fls.12-

artigo os fumantes e os estabelecimentos onde ocorrer a infração,\*  
na pessoa de seu responsável.

Artigo 47 - A instalação de tendas, "trailers" e outros \*  
equipamentos para feiras, circos, parques de diversões e congêne-\*  
res só será permitida em locais previamente estabelecidos e autori-  
zados pela Prefeitura.

Parágrafo Primeiro - A autorização de funcionamento dos \*  
estabelecimentos de que trata este artigo não poderá ser superior\*  
a 03 (três) meses, podendo ser renovado, por igual prazo, exceto \*  
para feiras cuja autorização poderá ser por tempo indeterminado.

Parágrafo Segundo - As condições de segurança dos equipa-  
mentos de circos, parques de exposições ou diversões e congêneres\*  
são de responsabilidade de seus proprietários ou gerentes, podendo  
a Prefeitura exigir laudos de peritos antes de conceder a autoriza-  
ção de funcionamento e instalações.

Parágrafo Terceiro - A autorização de funcionamento de \*  
circos e parques de diversões depende de vistoria em todas as suas  
instalações pelas autoridades da Prefeitura.

## SEÇÃO III

### Do Comércio Ambulante

Artigo 48 - Para os fins desta Lei considera-se ambulante  
a pessoa física regularmente matriculada na Prefeitura, que exerça  
atividade comercial sem estabelecimento fixo.

Parágrafo Único - Os equipamentos para o comércio ambulan-  
te poderão ser:-

- I - tabuleiros e congêneres;
- II - bancas e barras desmontáveis;
- III - veículos, motorizados ou não, tais como \*  
carrinhos de mão, carroças de tração animal, caminhões e "trailers"  
ou reboques.

Artigo 49 - O comércio ambulante poderá ser:-

- I - localizado - quando o ambulante recebe \*  
permissão de uso de uma área definida e exerce sua atividade de \*





## *Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista*

CGC(MF) 65.711.954/0001-58

- Fls.13

II - itinerante - quando o ambulante recebe \* permissão de uso de área definida e exerce sua atividade de forma contínua em diferentes locais, a exemplo dos feirantes;

III - móveis - quando o ambulante recebe licença para atuar de forma esporádica em locais de aglomeração temporária de pessoas, tais como estádios e parques de diversões.

Artigo 50 - O exercício de comércio ambulante depende de licença prévia da Prefeitura e do pagamento do tributo respectivo\* podendo ser isento de tributos e de matrícula os casos de comprova do interesse social.

Parágrafo Único - É atribuída à Prefeitura competência pa ra licenciar os ambulantes e autorizar a instalação em logradouros públicos de equipamentos para comércio ambulante.

Artigo 51 - É proibido ao ambulante possuir qualquer esta belecimento comercial ou de prestação de serviços.

Artigo 52 - É proibido o comércio ambulante de:-

I - medicamentos e quaisquer produtos farma-\*  
cêuticos;

II - óculos de grau e outros dispositivos que\*  
dependam de receita;

III - agrotóxicos, venenos e produtos que produ zam dependências físicas;

IV - gasolina, querosene, fogos de artifício e qualquer outra substância inflamável ou explosiva;

V - armas e munições de qualquer espécie;

VI - animais silvestres.

Artigo 53 - É proibida a venda de gêneros falsificados, \* deteriorados ou impróprios para o consumo por qualquer outro moti-vo.

Parágrafo Único - Aplica-se aos gêneros alimentícios co-mercializados por ambulante a legislação estadual referente às con dições sanitárias.

Artigo 54 - É proibida a permanência de equipamentos para





# *Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista*

CGC(MF) 65.711.954/0001-58

-Fls.14-

ças públicas.

Artigo 55 - As feiras livres são uma modalidade de comércio varejista ambulante, realizado em conjunto de bancas que podem ocupar logradouros públicos, em horário e locais pré-determinados

Artigo 56 - Poderão ser comercializados em feiras livres:

I - gêneros alimentícios;

II - produtos para limpeza doméstica;

III - flores, plantas ornamentais e pequenos acessórios para jardinagem;

IV - confecções e pequenos artefatos de uso \*  
pessoal e doméstico.

Artigo 57 - O comércio de animais vivos, e expressamente\* de suínos, bovinos, equinos, asininos, ovinos e caprinos, só poderá ser efetuado em terrenos equipados para que a atividade se faça em condições de higiene e sem prejuízo para a vizinhança, e mediante autorização específica.

Artigo 58 - Bancas, barracas, carrinhos e congêneres para comércio ambulante somente poderão ser instalados ou ficar estacionados sobre passeios se ficar garantida uma faixa desimpedida para trânsito de pedestre, com largura não inferior a 1,50 metros (um \* metro e cinquenta centímetros).

Artigo 59 - É proibido ao vendedor ambulante ou feirantes estacionar fora dos locais previamente determinados pela Prefeitura.

## CAPÍTULO III

### Dos Terrenos, de sua Vedação e dos Passeios

Artigo 60- O proprietário, o titular do domínio útil e \* possuidor a qualquer título de terreno localizado em zona urbana \* são obrigados a mantê-los limpos, livres de águas estagnadas e de materiais nocivos à saúde pública, tais como lixo domiciliar ou industrial.

Parágrafo Único - O escoamento das águas pluviais e de infiltração poderá ser feito através de um ou mais de um dos seguin-





- I - absorção no subsolo do terreno;
- II - canalização das águas para curso d'água,\* sarjeta ou galeria da rede pública de drenagem;
- III - aterramento em nível suficiente para adequado escoamento das águas.

Artigo 61 - Todo terreno situado em zona urbana, que tenha sua frente para logradouro público beneficiado por pavimentação asfáltica, dotado de calçamento ou de guias e sarjetas, deverá ser mantido:-

- I - beneficiado por passeio pavimentado;
- II - fechado no alinhamento por muro ou cerca\* com altura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), de modo a impedir o lançamento de detritos no interior do terreno.

Parágrafo Primeiro - Os lotes edificadas estão isentos do fechamento especificado acima.

Parágrafo Segundo - Na limpeza de terrenos situados em zona urbana ou de expansão urbana é vedado o uso de fogo.

Parágrafo Terceiro - Para os fins do disposto neste artigo, consideram-se inexistentes os muros ou cercas e passeios que:-

- I - tenham sido construídos ou reconstruídos em desacordo com alinhamento do logradouro público;
- II - apresentem danos que inviabilizam a vedação do terreno.

Artigo 62 - O solo, em cada terreno, não pode ter parte\* em desnível, em relação a logradouros públicos e a glebas ou lotes lindeiros, com características capazes de ocasionar carreamento de lama, pedras ou detritos, desabamento de encostas ou outros riscos para as edificações ou benfeitorias situadas em propriedades vizinhas.

Parágrafo Primeiro - Para evitar riscos de infiltração,\* carreamento de material erodido, desabamento ou congênere, a Prefeitura poderá exigir dos proprietários de terrenos em desníveis:-

- I - a construção de muros de arrimo ou de taludes adequadamente projetados.





# *Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista*

CGC(MF) 65.711.954/0001-58

-Fls.16-

II - a construção de dispositivos de drenagem\* para o desvio de águas pluviais ou de infiltração, de forma a não\* danificar as propriedades vizinhas.

Parágrafo Segundo - As exigências deste Artigo aplicam-se aos casos em que movimentos de terra, ou quaisquer outras obras de responsabilidade do proprietário ou possuidor do terreno, tenham \* modificado as condições de estabilidade anteriormente existentes.

Artigo 63 - São responsáveis pela conservação e restauração dos passeios, muros ou cercas:-

I - O proprietário, o titular do domínio ou \* possuidor do terreno;

II - O concessionário ou permissionário que, \* ao prestar serviço público, cause dano a muro, cerca ou passeio;

III - O Município, quando a reconstrução ou restauração se fizer necessária em razão de modificações, pela admi-\* nistração pública, do alinhamento ou nivelamento de logradouros.

Parágrafo Primeiro - O Município poderá executar as obras ou os serviços a que está obrigado o proprietário ou outro responsável se esse, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da notificação, não os tiver realizado, cobrando-se, além de multas a plicadas, o custo correspondente.

Parágrafo Segundo - A critério do Prefeito, mediante pedido fundamentado do responsável, o reembolso do custo da obra ou do serviço de conservação ou restauração poderá ser parcelado.

## CAPÍTULO IV

### ( Das Infrações e Penalidades

Artigo 64 - A infração a dispositivo da presente Lei Complementar e das regulamentações aqui autorizadas ensejará, sem prejuízo das medidas de natureza civil e criminal cabíveis, a aplicação das seguintes penalidades, conforme regulamentação a ser expedida por Decreto:-

I - multas variáveis de 5 UFIRS a 300 UFIRS \*





# Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista

CCC(MF) 65.711.954/0001-58

-Fls.17-

- II - cassação da licença;
- III - apreensão de mercadoria ou equipamento.
- IV - realização pelo Poder Público da obra ou serviço que o infrator deixou de executar, e ressarcimento do custo respectivo pelo infrator;
- V - embargo de obra ou paralização de serviço;
- VI - demolição da obra

## CAPÍTULO V

### Das Disposições Finais

Artigo 65 - A regulamentação da presente Lei Complementar e notadamente da aplicação das penalidades cabíveis, segundo o tipo de infração deverá ser feita no prazo de 30 ( trinta ) dias, \* contados a partir da data da publicação desta Lei Complementar.

Artigo 66 - Esta Lei Complementar entrará em vigor 30 \*\* (trinta) dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Canaã Paulista, 17 de Novembro de 1993.

*Carlos Ap. M. Alves*

Carlos Aparecido Martines Alves

Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio. Afixada no lugar de costume. Determina da a publicação na imprensa local.

*Antenor Veratti*

Diretor de Administração